

RUMO AOS CAMPOS: PROPOSIÇÕES DESENVOLVIMENTISTAS NAS COMUNIDADES NEGRO RURAIS NA BAHIA (1930 – 1950)

TOWARD THE FIELDS: DEVELOPMENTAL PROPOSITIONS IN THE BLACK RURAL COMMUNITIES IN BAHIA (1930 – 1950)

Diego Lino Silva¹

Resumo: As disputas entre as demandas para o desenvolvimento econômico e a realidade sócio cultural da população negro rural da Bahia ocupam o objeto dessa investigação. Para tanto, recorre-se ao semanário Folha do Norte, aos relatórios da prefeitura municipal de Feira de Santana e alguns processos crimes de Homicídio, procurando mapear os mecanismos dominantes de reorientação discursiva das condutas, comportamentos e formas de organização comunitária das populações negras rurais de Feira de Santana. Trata-se de procurar entre as interferências dominantes na realidade daqueles sujeitos a formulação de novos regimes de significação e de ordenamento da realidade sócio cultural. Nesse processo, foram identificadas a elaboração de novos mecanismos para a penetração social desses grupos no projeto capitalista de integração ao capital nacional e, ao mesmo tempo, a ameaça às formações identitárias e comunitárias desses grupos construídas ao longo do pós emancipação.

Palavras-chave: Raça, Desenvolvementismo, Capitalismo.

Abstract: The disputes between demands for economic development and the socio-cultural reality of the rural black population of the Bahia occupy the object of this investigation. To do so, retrieve the weekly Folha do Norte, the reports from the Santana city hall and some homicide cases, seeking to map the dominant mechanisms of discursive reorientation of behavior, and the forms of public organization of black population in Feira de Santana. It is about searching among the dominant interferences in reality, those practiced with the introduction of new regimes of meaning and ordering of the social cultural reality. In this process, we identified and developed new penetration mechanisms for social groups of capitalization projects for the integration of national capital and, at the same time, threats to the identity and experimental formations of these groups built during the post-emancipation period.

Key-Words: Race; Development; Capitalism.

INTRODUÇÃO

Lá nos vem eles com o clássico garrafal RUMO AOS CAMPOS. Começam descrevendo os laranjeiras da Califórnia, bananeiras da Jamaica, algodões do Ceylão, canaviais do Transvaal, etc., por fim, terminando por verberar os tabaréus de preguiçosos, e indolentes, carrancas, jecatus etc. Deus os converta. [...] bem dito seja tudo, maldito seja o lavrador, abençoado seja tudo, o lavrador seja seu escravo. Filhos De uma religião que chama o mundo do – vale de lágrimas – e que canta o sofrimento, nós lavradores, já nos acostumamos com a desgraça, e d'ella temos

¹ Licenciado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Aluno do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. Bolsista CAPES.

saudades nos dias de folga; como bois de carro que lambem a canga no dia que não trabalham.²

A epígrafe reclama as amarguras da lavoura e retoma as imagens frequentemente compartilhadas sobre o Nordeste³, cenas experimentadas nas dificuldades climáticas comuns ao semiárido da Bahia. Há também as deslegitimidades sobre o trabalho rural que inferiorizavam lavradores na hierarquia social⁴. Pedro Araujo, ao tecer suas queixas no periódico, se volta à paisagem de Feira de Santana, cidade interiorana posicionada às portas do sertão baiano, por isso, eventualmente carregada das dificuldades comuns à produção rural de regiões mais áridas.

O trecho em epígrafe foi retirado de um texto publicado em 1932, no jornal *Folha do Norte*, importante periódico da cidade. Nesse momento, a região passava por uma dura seca enquanto experimentava o Brasil o primeiro desenrolar de uma avançada de desenvolvimento do capital industrial nacional, na qual novos territórios passariam a ser supostamente integrados sob o projeto de “evolução capitalista” da nação. Dos espaços e grupos anexados no decorrer do desenvolvimento, as comunidades negras rurais⁵, em Feira de Santana, são tomadas aqui enquanto objeto para análise dos movimentos expropriação em nome do nacional desenvolvimentismo⁶.

² ARAUJO, Pedro de. Pobre lavrador. *Folha do Norte*. 12 de Março de 1932. MCS/CENEF.

³ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.

⁴ CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

⁵ Por comunidades negras rurais, refiro-me a coletividades que se orientam numa realidade social camponesa, demarcado por caracteres relacionados ao parentesco, à produção agrícola e à pequena propriedade. Grupos que carregam uma herança cultural forjada historicamente, por meio de gerações com uma memória ligada à escravidão, e que resistem aos efeitos desagregadores da sociedade capitalista. GUSMÃO, Neusa M. M. de. *Terra de pretos, terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro*. Brasília: Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares, 1996.

⁶ A expressão ‘desenvolvimentismo’ pode ser relacionada a variados momentos da história do Brasil que tem por características: defesa da industrialização e do intervencionismo, políticas expansionistas, planejamentos e criação de empresas estatais, entre outros fatores emoldurados por uma retórica ideológica nacionalista. Para Fonseca, o desenvolvimentismo se refere aos planos de ação que sugerem e justificam políticas governamentais conscientes. Legitimadas pelo ideário desenvolvimentista, as medidas do governo varguista foram tomadas como prerrogativas para o bem estar social, a soberania nacional e para a saída de uma situação econômica e política periférica no cenário internacional. Pedro Bastos descreve o nacional desenvolvimentismo, a partir dos anseios de emancipação econômico nacional caracterizados pela defesa de uma intervenção e centralização progressiva na economia pelo Estado. Entre outras características, o nacional desenvolvimentismo, para Bastos, é descrito como um projeto de governo anti-liberal consorciado com um nacionalismo oportunista. ; BASTOS, Pedro Paulo Zahlut. A construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base. *Economia, Selecta*. Brasília (DF). v. 7, n. 4, p. 239 – 275, dezembro 2006; FONSECA, Pedro D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa e Debate*. v. 15(2), p.225 – 256, 2004;

Tais comunidades estavam carregadas de especificidades. Mayara Pláscido Silva⁷ mapeia os espaços de experiência dos lavradores de Feira de Santana e aponta uma série de configurações próprias dos arranjos de sobrevivência dos trabalhadores negros no imediato pós-abolição. Segundo Silva, a produção rural nos subúrbios da cidade está relacionada à experiência de autonomia de libertos e ex-escravos. As terras, próprias ou arrendadas, de cultura de fumo e mandioca, por exemplo, muitas vezes fizeram parte de uma organização fundiária de pequenos proprietários que se apresentava como continuidade das experiências da escravidão.

A partir dos recenseamentos feitos pelo IBGE e dos registros dos lavradores nos processos das primeiras décadas do século XX, delineia-se em Feira de Santana um cenário de lavradores pequenos proprietários em sua maioria não brancos⁸. As heranças escravistas resgatadas pelo trabalho de Silva⁹ no imediato pós-abolição feirense guardaram permanências quanto às configurações raciais dos lavradores, nos subúrbios da cidade, ao menos até a década de 1930 e 1940. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1940, dos 83.238 habitantes de Feira de Santana no período, 23.580 (28,3%) foram considerados pretos e 49.510 (59,4%) foram considerados pardos, enquanto que apenas 10.232 (12,2%) compunha a população branca.¹⁰

Ocupamo-nos aqui, portanto, dos lavradores pretos e pardos, nos subúrbios da cidade, que para além do trabalho agrícola, participavam também da venda dos seus produtos na feira livre do centro entre 1930 e 1950. A importância do trabalho desses lavradores no comércio do centro urbano implicara em contínuas interferências, vigilâncias, significações dominantes sobre seus modos de fazer. A presença, atuação e as disputas desses sujeitos nos espaços de

“civildade” da urbe nos autorizam investigar-os. O artigo procura mapear os artifícios dominantes de consolidação do projeto capitalista sobre os espaços rurais do interior do Brasil nos seus contrastes com a realidade sociocultural dos grupos negros rurais.

Ao longo do texto, apresentamos primeiro os sujeitos que compõem o objeto desse artigo: as comunidades rurais que enegrecem a cidade de Santana e seus arredores. Em seguida,

⁷ SILVA, Mayara Pláscido. *‘Revolução sem sangue’ na ‘decantada pátria de Lucas’*: Experiência de trabalhadores/as negros/as e migrantes no pós-abolição. *Feira de Santana (1890 – 1930)*. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia (UFBA), Programa de Pós Graduação em História. Salvador, 2017.

⁸ ALVES, Chintamani Santana. *Tramas da Terra: Conflitos no Campo na terra de Lucas (1900 – 1920)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Feira de Santana, 2013.

⁹ SILVA, Mayara Pláscido. *Op. Cit.*

¹⁰ BRASIL. IBGE: Serviço nacional de recenseamento. *Série regional. – Bahia. 1940*. Disponível em: < http://www.channah.com.br/meb/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?m=3261&n=censo1940vol12t1ba >. Acesso em: 02/05/2016, às 16:56.

discorremos sobre os dispositivos de desenvolvimento mapeados e seus objetivos de transformação do horizonte sociocultural. Por último, concluímos com os contrastes entre as proposições civilizatórias e as bricolagens subalternizadas sobre os territórios, sugerindo resistências e disputas entre os projetos de sociedade mobilizados no período.

Apontadas a cor e as ocupações dos personagens que compõem o objeto do artigo, cabe agora, para iniciar os trabalhos, refazer o caminho que elaborava a paisagem dos pequenos lavradores negros que ocupavam os subúrbios da cidade. As tensões e coexistências entre o urbano e o rural, o moderno e o arcaico, o civilizado e o incivilizado, em Feira de Santana sustentam um amplo cenário de discussão historiográfica¹¹. Para Clóvis Oliveira¹², destacam-se especialmente as permanências de “gente da roça” a desobedecer aos projetos de civilidade elaborados sobre a cidade entre os anos 1920 e 1960. Negros, tabaréus, lavradores, entre outras caracterizações designariam, naquele período, os sujeitos que, na Feira ou nos subúrbios, elaboraram trajetos próprios de significação sobre o tempo e o lugar, ressignificando o território através do trabalho agrícola e vendendo a produção nas tumultuadas segundas de feira que desorientavam alguns ritmos da urbe.

1. OS NEGROS CAMPONESES

Pensar campesinato negro faz parte de um deslocamento historiográfico do olhar para as populações negras no Brasil, principalmente no que se refere à história da escravidão. Ana Rios e Hebe Mattos¹³ apontam para a década de 70 como momento de revisão das leituras historiadoras sobre o a escravidão e o pós-abolição. A história social da escravidão, a partir da década de 70, ao incorporar o conceito de escravo como agente histórico autorizou que novas interpretações desenhassem a trajetória histórica dos negros no Brasil, para além da estrutura escravista.

¹¹ Sobre isso, ver: OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana. *“Canções de uma cidade amanhecendo”*: urbanização, memórias urbanas e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2016; OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Feira de Santana em tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950 - 1960)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008; SANTOS, Aline Aguiar Cerqueira dos. *Diversões e Civilidade na “Princesa do Sertão” (1919-1946) – Feira de Santana*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Feira de Santana, 2012. SOUZA, Eronize Lima. *Prosas da valentia: violência e modernidade na Princesa do Sertão (1930-1950)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2008.

¹² OLIVEIRA, Clóvis. *Op. Cit.*

¹³ RIOS, Ana Lúgão; e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo, família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Nesse contexto, Flavio Gomes¹⁴ cita Ciro Cardoso que, em 1979, fala de uma *brecha camponesa* no sistema escravista do Brasil. Tal expressão se refere à conquista de parcelas de terras por escravos para cultivo próprio. Novas possibilidades sobre a escravidão emergem junto com essa leitura; há de se falar agora sobre camponeses proprietários e camponeses não proprietários, sobre atividades camponesas de quilombolas e de *protocampesinato* escravo nas roças concedidas. A ampliação continua. Gomes, ao abordar as experiências de cultivo no sistema de roças aponta para mercados locais sustentados pela produção de escravos ou libertos. A circulação de mercadorias nas feiras autorizava também a circulação de informações e culturas. No processo a experiência campesina foi estendida, foram forjados modos de fazer, trajetos de significação sobre o tempo e a paisagem, conformações culturais e simbólicas.

Walter Fraga Filho¹⁵, ao tratar das conformações campesinas nos entornos dos engenhos do Recôncavo baiano, descreve o processo de consolidação das comunidades negras camponesas como continuidade das bases colocadas pela estrutura escravista. Para além da *brecha camponesa* e do sistema de roças enquanto estruturas de dominação, Fraga aponta para comunidades que, no pós-abolição, ainda que permaneçam aproximados e com relações com seus ex-senhores, reivindicavam a condição de livre. Estavam ali comunidades, redes de solidariedade estabelecidas agora sob outro formato de produção, construção, organização e experimentação do espaço que não mais pertencentes às bases escravistas, ainda que em relação com seus ex-senhores. Fraga procura chamar atenção às permanências de alguns fatores da escravidão nas relações construídas pelos libertos camponeses por algumas décadas do século XX.

As continuidades apontadas por Fraga não negam as rupturas em que estão inseridas à constituição das comunidades camponesas. Para ele, é possível compreender que os deslocamentos históricos das camadas subalternizadas sobre seus modos de fazer se davam também em pequenas alterações/customizações sobre determinações dominantes. Deve-se entender que a intensidade das alterações que a experiência negra campesina produziu está relacionada com processos de ressignificação sobre tempo e espaço, a autonomia econômica e a reafirmação simbólica cultural sobre o território.

¹⁴ GOMES, Flavio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

¹⁵ FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870 - 1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

Aborda-se aqui a trajetória das populações negro brasileiras num processo contínuo de mobilização/alteração da construção da paisagem, segundo vetores de poder que incidem sobre seus modos de fazer. Se outrora existira no regime escravista disputas sobre configurações sócioespaciais da dominação e da autonomia, o pós-abolição autorizara também que a população egressa do cativeiro e seus descendentes produzissem, por gerações, novas significações. Regimes discursivos que disputavam o espaço, isto é, o deslocamento das possibilidades de interação com a paisagem.

Há de se considerar que os processos de significação estão constantemente mediados por disputas de poder. As significações negro brasileiras disputaram com vetores dominantes de subalternização dos espaços construídos e com os esforços de manter-lhes nos lugares que lhes foram designados: o da inferioridade social. Nas primeiras décadas do século XX, em Feira de Santana, alguma literatura aponta para um processo de inferiorização do cenário suburbano e rural¹⁶.

Os conflitos que atravessam a interação negra campesina com o espaço e com o trabalho “civilizado” apontam para formatos de produção e de ocupação da terra que seguem ritmos próprios, desenham paisagens que destoam e disputam com as dinâmicas produtivas dominantes. O campesinato negro, para além da continuidade das bases escravistas, configura-se numa autonomia no mundo do cativeiro¹⁷ e, por isso, institui para si formatos próprios de produção, interação, construção narrativa/discursiva das comunidades sobre o espaço, a cultura e o ritmo de trabalho.

Muitos anos depois do fim da escravidão, os arranjos sobre o espaço, o trabalho, o cotidiano e a cultura continuaram demarcados pelos vetores constituídos no imediato pós-abolição¹⁸. A historiografia do pós-emancipação, atualmente, tem apontado para as

¹⁶ Eronize Souza (2008), falando dos anos 1930 aos 1950, já apontava para configurações suburbanas da cidade como espaço destoante dos discursos civilizadores centro urbanos, lá estava a bebedeira, o samba, o candomblé e as violências dos muitos homicídios cometidos por lavradores com enxadas e facões, instrumentos utilizados no trabalho da roça. Posteriormente, Chintamani Alves (2013) acrescenta aos estudos das ruralidades feirenses os conflitos nos distritos e subúrbios por questões em torno da posse e da propriedade da terra e a destruição de cercas e de plantações por animais ou por terceiros, tais conflitos ressaltam as intenções econômicas que atravessam a produção dos lavradores. Silva (2017) se ocupa de tratar da lavoura de mandioca, na Feira, e desenha, através dos inventários, um cenário de produção relacionado ao trabalho coletivo e familiar inseridas na dinâmica de agricultura produzida por sujeitos relacionados à experiência negra campesina de ocupação da terra.

¹⁷ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. *Travessias e tramas: fragmentos da vida de africanos e afro-brasileiros no pós-abolição – (1888 – 1930)*. Salvador: EDUNEB, 2016.

¹⁸ SILVA, D. L. S. “Que não há no terreiro quem se afoite deixar o samba sem que o dia rompa”: disputas de raça na poesia de Aloísio Resende (1930 – 1942). *Revista Outrora*. V. 1, nº 2, jul/dez, 2018.

permanências e efeitos do escravismo nas relações sociais ao longo do século XX¹⁹. Por isso, as formulações historiográficas do início do século XX, mais precisamente do imediato pós-abolição, são indispensáveis quando nos ocupamos dos tabaréus, herdeiros de afinidades com quilombolas que preenchiam os subúrbios e distritos da Feira e, na segunda, enchiam a urbe.

Gente de toda casta que preenche a *feira de Feira*, depositários da cor imprópria ao cotidiano do supostamente polido e *hygienico* centro urbano. Os muitos *tabaréus* no Cartão Postal a seguir sinalizam para a presença majoritária negro brasileira nas feiras montadas com a produção rural oriunda dos arredores da cidade, mesmo que muitos anos depois o fim da escravidão.



Praça do comércio. Dia de feira [livre]. Feira de Santana. À direita o prédio da Prefeitura Municipal. 1936, Dedicatória: *Para você. A feira de Feira. Haja tabaréu*. Fonte: Museu Casa do Sertão/ UEFS.

A fotografia do Cartão Postal foi tirada na praça onde acontecia a feira, conhecida também como Praça da Bandeira. As muitas cabeças pretas, cobertas por chapéus simples,

¹⁹ Sobre isso, ver: DOMINGUES, Petronio; GOMES, Flavio. *Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e do pós-emancipação do Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014; CUNHA, Olivia Maria Gomes da. GOMES, Flavio dos Santos. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007; BALABAN, Marcelo. LIMA, Ivana Stolze. SAMPAIO, Gabriela dos Reis (Org.). *Marcadores da Diferença: raça e racismo na História do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2019.

apontam para o momento de ocupação da população negra rural sobre o centro nas segundas-feiras. O guarda – mais a frente –, também negro, sugere a coloração da população pobre ocupante dos cargos mais simples da cidade. A expressão *Haja tabaréu*, descreve o “excesso de gente incivilizada” que faz a feira e também a Feira, a imensa maioria deles e delas, pretos e pretas. A feira concentra no centro urbano as figuras que desenham as paisagens rurais dos subúrbios.

A fotografia sugere características aos habitantes dos subúrbios para os quais esse artigo se volta. Autoriza imaginar a cor dos outros membros das famílias daqueles aí fotografados e, conseqüentemente, seus antepassados. Autoriza traçar um panorama dos trabalhadores que plantavam e colhiam nas chácaras pouco afastadas do centro os produtos dispostos à venda. Autoriza imaginar quais são suas festas, seus divertimentos, suas divindades. A imagem guarda os portadores dos hábitos camponeses (negro camponeses) sugeridos até então dissonantes dos discursos civilizadores que legitimam e se empenham em mecanismos de exclusão. Um primeiro mecanismo apontado chegou a Feira de Santana na década de 1930, as plantações de algodão nos ilustram algumas tentativas de normatização e disciplinarização dos modos de fazer negro brasileiros.

2. DOS MECANISMOS

Do horizonte de oposição desenhado até então emergem pequenos cenários onde as disputas são visualizadas mais de perto, onde regimes de disciplinarização e normatização se consolidam a partir de procedimentos de dominação. Procedimentos de interdição e exclusão funcionaram através do alastrar de novos significados sobre o trabalho, o espaço, a cultura, o tempo. Tais movimentos, ancorados pelo poder de legitimação do discurso, fecundam regimes de normatização, sansões disciplinarisantes que inscrevem o corpo em uma maquina social e, inevitavelmente, impõem ritmos, estabelecem hierarquias e vigilâncias que garantiriam o bom funcionamento do sujeito diante as demandas impostas. Os novos sentidos mobilizados pelos processos de normatização é o que chamamos aqui de mecanismos. A partir das novas referências de funcionamento social, são estabelecidos sistemas de exclusão que atuam na ressignificação dos sentidos em torno do território, do trabalho e da lavoura e implicariam na sua asfixia sob o signo da incivilidade.

A Primeira Republica foi marcada por proposições urbanizadoras e civilizatórias que intensificaram regimes de exclusão social. Em Salvador, os vetores higienistas se preocuparam na asfixia das manifestações culturais dissonantes aos projetos dominantes. Os movimentos repressivos guardaram vetores marcadamente racialistas nos silenciamentos e supressões das dinâmicas culturais²⁰. Movimentos parecidos foram identificados também no Rio de Janeiro²¹. Já na Feira, esse processo se estende ao longo do século XX em um esforço particular de apagar cenários rurais e enegrecidos da cidade. Os silenciamentos sobre esses grupos na Feira afetaram também outras regiões que compunham aquela cidade. Hierarquias espaciais que afetavam as gentes dos subúrbios e distritos²².

Na Feira, instituições como o *Posto de Prophylaxia Rural* funcionaram como mecanismo discursivo de legitimação da noção de que o asseio é indispensável para o cumprimento das “medidas impostas pela hygiene como acauteladoras da saúde e da própria vida dos consumidores.”²³. Tais percepções justificavam e legitimavam procedimentos de interdição sobre o cotidiano da feira livre. Havia também os animais criados soltos pelos subúrbios que ocupavam também as largas avenidas da *Princesa* no dia que a feira se estendia *inapropriada* pela rua. A procura de interditá-los também, os jornais lembravam de acusar criadores e reclamar dos animais, dizê-los impróprios à civilidade.²⁴ Para além do higienismo, outros mecanismos se apresentaram possíveis de mapear na cidade.

2.1 AS BOAS NOVAS DO OURO BRANCO

Entre os municípios algodoeiros da Bahia bem poderá vir a alcançar logar de destaque a Feira de Sant’Anna, cujo sólo e condições climáticas estão a aconselhar a intensificação da cultura desse vegetal utilíssimo que é uma das maiores fontes de riqueza de muitas comunas do setentrião e mesmo do sul do Brasil, tal ocorre em São Paulo, o grande fornecedor da excelente fibra agnominada ouro branco ao Império Nipponico, que é, na actualidade, como se sabe, o segundo entre os maiores productores mundiaes de tecidos de algodão.

²⁰ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. “Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937)”, in: *Afro-Ásia – centro de Estudos Afro-Orientais*, Salvador, n.21-22, 1998-1999.

²¹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

²² OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana. “*Canções de uma cidade amanhecendo*”: urbanização, memórias urbanas e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2016.

²³ Requer muito asseio o mercado de farinha. *Folha do Norte*. 06 de Agosto de 1932, MCS/CENEF.

²⁴ Não atravanquem as ruas com animais de carga. *Folha do Norte*. 18 de Janeiro de 1930, MCS/CENEF; Recolham seus animais a lugares apropriados. *Folha do Norte*. 07 de Fevereiro de 1931, MCS/CENEF.

Os resultados surpreendentes das plantações de algodão neste município, com a colheita de cerca de seis mil arrobas de excelente fibra nas plantações do Estado, estão a indicar um futuro promissor nesse sector agrícola da Feira.²⁵

Desde 1938, o *ouro branco* é anunciado nas páginas do *Folha do Norte* como boa nova, como mensagem encaminhada aos pobres lavradores para sua remição, como mais um caminho de acesso ao progresso. Segundo Julio Nagay²⁶, a crise cafeeira de 1930, junto ao desenvolvimento da indústria têxtil iniciada com o governo Getúlio Vargas impulsionou a cultura do algodão, principalmente, em São Paulo. Feira de Santana, talvez por já ter alguma extensão de produção do algodão no passado²⁷, faz parte também dos territórios onde se concentraram os incentivos do governo à cotonicultura. Acreditavam então que um surto de progresso e desenvolvimento viria com o algodão e pelas mãos do Estado.

É notório e publico que este Município já foi um grande centro algodoeiro. A praga que ataca o ouro branco exterminou, por falta de combate, completamente, essa lavoura, levando o desanimo do lavrador e por fim, fazendo-o desistir, abandonando o plantio. Nunca desanimei nesse particular e sempre fiz a propaganda de nossas terras magnificas até que o Governo de V. Excia. Ordenou os preparos das terras da Fazenda HONORATO e CRUZEIRO DO MOCO, e ali está o atestado vivo do que sempre afirmei.²⁸

Para além das ordens do interventor federal no Estado para a preparação das terras nas Fazendas Honorato e Cruzeiro do Mocó, os incentivos à produção algodoeira se estendiam também na distribuição de sementes, na disponibilização de maquinário e na construção da Usina de Beneficiamento. Lavradores foram convidados e seduzidos para a nova cultura e para participar das atividades econômicas da nação. Em 1939, um almoço reúne alguns produtores em busca de incentivar a produção algodoeira na região.

Após o almoço que transcorreu num ambiente de cordialidade efetuou-se a reunião, falando por essa ocasião o Snr. Secretário da Agricultura que expoz a razão da mesma, dando a palavra ao Prefeito deste município que falou sobre vantagens econômicas da cultura do algodão tão acertadamente denominado Ouro branco, e fez um apelo a todos os lavradores deste município para que, apoiando o assumto que ora se discutia, tomasse o maior interesse pelo soerguimento da lavoura algodoeira em o nosso meio. Em seguida o sr. Dr. Otavio Perez, do instituto Bahiano de Fumo, falou demoradamente sobre o palpitante assumto, **demonstrando com fatos e dados**

²⁵ A cultura do algodão na Feira. *Folha do Norte*. 25 de Novembro de 1939, MCS/CENEF.

²⁶ NAGAY, Julio Hidemitsu Corrêa. *A Cotonicultura Brasileira nos Anos 90: A crise e a retomada frente à globalização*. Monografia. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 1999.

²⁷ FREIRE, Luis Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850 – 1888*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia (UFBA), Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2007.

²⁸ CARVALHO, Heráclito Dias de. *Relatório da Prefeitura Municipal de Feira de Santana*. Feira de Santana: Silva e Irmãos, 1939, p. 12 e 13.

interessantes o valor e a necessidade da cultura dessa lavoura pelo seu valor econômico na vida do Paiz.²⁹

No almoço, o prefeito, o secretário da agricultura e alguns senhores doutores a falar do desenvolvimento da ciência sobre as atividades agrícolas, todos eles, atrelados à instituições que lhes legitimava os cargos e títulos, usam desses últimos como elemento de autorização e legitimação das suas falas de incentivo e de importância do desenvolvimento. Recorrem ao potencial legitimador que as instituições carregam sobre as operações discursivas.

Recorrem também a *fatoss e dados* como estratégias de convencer lavradores pobres, muito provavelmente analfabetos, de demonstrar as benesses da nova cultura. Novas linguagens, enredadas e potencializadas pela condição de sabedoria intrínseca aos senhores doutores surgem aos lavradores feirenses. Para além dos dispositivos discursivos que atravessam as falas, as condições materiais de produção são postas também a seduzir os lavradores. As estratégias de sedução ultrapassam os almoços cordiais e se efetivaram na entrega de 3000 quilos de sementes de algodão, conforme consta no relatório do prefeito³⁰.

Os artifícios usados até então apontam também para um processo de modificação dos mecanismos de compreensão da realidade. Quando *fatoss e dados* procuram demonstrar algo a um lavrador, sem mostrar a terra, sem contar experiência, novos artifícios de aprendizagem e linguagem são dispostos e impostos àquele sujeito. Quando títulos, conhecimentos científicos e a presença do Estado tem um efeito de legitimação dos caminhos apontados ali, são sugeridas novas hierarquias que indicam quais caminhos e ritmos devem ser seguidos e quem a dita. A questão de análise vai além da presença do algodão, pois ainda que a cotonicultura não penetrasse, exercia-se ali, sobre as comunidades negras rurais, a apresentação e imposição dos novos mecanismos de compreensão social que não se propõem interagir com os seus. Há ainda falas de incentivo que chegam aos lavradores com a promessa de retorno do tempo dedicado em trabalho.

A cultura algodoeira, entre nós apesar de incipiente, por seus resultados e com o exemplo que o governo vem dando, certo induzira os lavradores feirenses a buscarem na produção dessa matéria prima lucros compensadores do seu labor. Com os resultados obtidos e evidenciados aqui, eles se animarão e incentivarão a alludida cultura, o que é muito para desejar.

Já se encontram, segundo fomos informados, nos depósitos da Prefeitura, todas as machinas destinadas ao beneficiamento do algodão.

²⁹ Reunião dos lavradores em Santa Barbara. *Folha do Norte*. 18 de Fevereiro de 1939, MCS/CENEF. [grifo nosso]

³⁰ CARVALHO, Heráclito Dias de. *Relatório da Prefeitura Municipal de Feira de Santana*. Feira de Santana: Silva e Irmãos, 1939.

Aguarda-se, apenas, a conclusão da usina que está sendo construída, para início dos respectivos trabalhos, assinalando mais um surto de progresso para nossa terra.³¹

A promessa de compensação do trabalho, do *labor*, é uma das principais estratégias do anúncio. A cultura do algodão é retomada pelo *Folha do Norte* enquanto instrumento de sedução através da positivação do trabalho³². O convite à nova lavoura implicara em novas demandas postas sobre o lavrador e a agricultura feirense. Setores dominantes sugerem que a produção da mandioca e fumo, muito presente nos hábitos comerciais e alimentares da região³³, deveria mudar seu curso para uma produção voltada ao mercado externo, ao comércio de larga escala. Sentido de produção que tem seu ritmo posto pela necessidade industrial de matéria prima. Junto a sugestão, uma sentença: as grandes plantações modificariam a forma de ocupação da terra e, portanto, as maneiras de interagir e significar a paisagem e o trabalho.

As certezas dominantes, naquele período, sobre a importância da produção eficiente apareceram em vários momentos do relatório do prefeito Heráclito Carvalho. Lá ele anuncia modelos de ocupação da terra, de organização do trabalho, de criatórios de animais. Novos métodos são tomados como referência, modelos para as práticas rurais.³⁴ Os “benefícios” da cultura do algodão e os novos modelos de produção destoavam das dinâmicas produtivas, da variedade de culturas em menor quantidade para serem subsistência e comercialização nas feiras. A proposta configura uma ameaça às dinâmicas de trabalho, organização comunitária e sociabilidades existentes até então, construídas nos espaços de autonomia experimentados por pretos roceiros, herdeiros dos escravizados no interior baiano.

Eric Wolf³⁵ ao refletir sobre o campesinato afirma que a diferença entre as comunidades primitivas e as sociedades camponesas se concentra na forma como os camponeses estão constantemente em contato com os ambientes externos, urbanos. Como relações comerciais,

³¹ A cultura do algodão na Feira. *Folha do Norte*. 25 de Novembro de 1939, MCS/CENEF.

³² Angela Gomes, ao voltar-se a década de 1930 e a trajetória histórica do trabalhismo, narra estratégias de aproximação política dos dirigentes do Estado Novo com as camadas subalternizadas, principalmente, dos trabalhadores. Gomes aponta para a necessidade das camadas dominantes de utilizarem de mecanismos de divulgação para produzir a identidade trabalhadora em torno das legislações trabalhistas (CLT), tomadas pelo Estado devido as medidas não serem conhecidas pelas camadas populares. *A invenção do trabalhismo* funciona a partir das festivas estratégias de aproximação e valorização da imagem criada sobre Getúlio Vargas enquanto ‘pai dos pobres’ e líder das massas trabalhadoras. São investidos estímulos variados na construção do trabalhador brasileiro, trabalhador negro que positivava a “raça brasileira” e compunha os laços estreitos que ligavam os cidadãos numa grande família alinhados a racionalização e a disciplinarização do trabalho para o benefício da nação. GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

³³ SILVA, Mayara Plácido. *Op. Cit.*

³⁴ CARVALHO, Heráclito Dias de. *Relatório da Prefeitura Municipal de Feira de Santana*. Feira de Santana: Silva e Irmãos, 1939.

³⁵ WOLF, Eric. R. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

bens materiais de consumo e outras razões diversas levam ao contato entre camponeses, sua realidade sócio cultural e de trabalho com os moldes centro urbanos de vida. A mesma relação que caracteriza as sociedades camponesas impõe dificuldades. Segundo Wolf, o dilema camponês passa pela dificuldade de equilibrar ou justificar seus moldes culturais, valores ou ritmos mediante o contato anexador das sociedades urbanas às referências externas sobre a cultura e o trabalho.

Segundo Muniz Sodré³⁶, o território, ou terreiro, guarda elementos de significação, possibilidades de, após a diáspora, negros reterritorializarem sua ancestralidade, seus referenciais simbólicos. Fraga³⁷ fala sobre como as roças do pós-abolição estão associadas a uma memória de liberdade, autonomia. Gomes³⁸ é ainda mais incisivo e fala sobre um movimento de aquilombar-se e os sentidos de resistência que o território ganha nas comunidades de roceiros, entre outras muitas formas que negros cativos, fugidos ou libertos tinham de interagir com o espaço. O espaço é demarcado aqui pelas táticas negro brasileiras de interação com a terra, pela forma como lavradores negros pobres de 1930 estão ainda associados a uma memória relacionada com a ocupação da terra. Anexa-los aos ritmos produtivos industrializantes, alterar a paisagem sobre o terreiro implica em modificações ainda mais intensas quando tratamos do campesinato negro.

Os modelos apontados por Heráclito de Carvalho³⁹ procuravam orientar a ocupação da terra para dinâmicas de eficiência produtiva, ou seja, grandes extensões de terra deveriam ser organizadas de forma que aquele espaço seja ocupado da melhor forma, com um resultado de rendimento máximo. Os incentivos para a produção algodoeira (as máquinas, as sementes, as ordens de preparação da terra e usinas de beneficiamento) enunciam o projeto de modificação da paisagem rural feirense para outra lógica, distinta das elaboradas pela cultura negra rural. Tais alterações se estendem sobre as condutas, sobre a cultura e o trabalho dos lavradores.

Dominações anexadoras se estenderam sobre os grupos subalternizados de forma que seus costumes estavam continuamente vulneráveis aos múltiplos caminhos que as referências desenvolvimentistas encontraram para se estender.⁴⁰ O algodão aponta para sugestões

³⁶SODRÉ, Muniz. *Op. Cit.*

³⁷FRAGA FILHO, *Op. Cit.*

³⁸GOMES, Flávio. *Op. Cit.*

³⁹CARVALHO, Heráclito Dias de. *Relatório da Prefeitura Municipal de Feira de Santana*. Feira de Santana: Silva e Irmãos, 1939.

⁴⁰BENJAMIN, Walter. "O caráter destrutivo". In: *Rua de mão única, Obras Escolhidas*, vol. II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

dominantes sobre caminhos específicos de reorientação da experiência negra camponesa. Os novos modos de fazer tornam-se operantes pela anexação, primeiro, do ritmo, pela aceleração do tempo.

2.2 O TEMPO DO OURO BRANCO

Todos sabem que a agricultura nacional enfrenta grandes e graves problemas sobretudo cos centros de maior população, onde o trabalho agrícola esta a exigir medidas urgentes **que o façam mais racional e econômico**. Em várias regiões do Brasil a agricultura tem de ser, antes de tudo, intensiva e não extensiva.[...] Sem o levantamento estatístico do estado actual da nossa agricultura para que desse modelo seja possível conhecer; em suas *origens*, isto é, em sua unidade econômica – o imóvel rural –, nenhuma providencia governamental em favor dessa digna e nobre indústria poderá ajustar-se, convenientemente, aos reclamos dos lavradores a **às exigências da situação agrária perfeita, em que a technica e as forças financeiras se coadjuvam eficazmente**.⁴¹

Racionalidade, intensidade, economia, eficácia tornavam-se os novos valores que pairavam por sobre os projetos que visavam o mundo rural. *Medidas urgentes* pareciam necessárias para que o Estado pudesse intervir no trabalho agrícola, torna-lo mais *racional e econômico*. As interferências do Estado para melhoria das condições da produção rural estavam diretamente relacionadas com a modificação dos ritmos do lavrador, dos objetivos que norteiam seu trabalho. Há agora de ser mais eficiente, produzir mais, logo, mais rápido e, inevitavelmente, mais disciplinarizado. A produção do algodão estava ligada com o cenário nacional, trata-se do mercado externo e da indústria, dos interesses da “nação”, a aceleração da produção agrícola foi justificada pela demanda de exportação e é incentivada como ajuda à economia cada vez mais industrializada do país no período. Lavradores pretos e pobres do subúrbio da Feira são convocados a contribuir com o cenário da produção agrícola nacional com os muitos fardos de algodão, produzidos de forma cada vez mais eficiente para o bem da nação. Instituições nacionais estavam constantemente à espreita, oferecendo os auxílios e instrumentos que garantiriam que seus interesses estivessem sendo atendidos.

Palavras de incentivo incorporavam um sentimento de renovação. O progresso que abraçara a cultura algodoeira procurava registrar e festejar cada nova possibilidade de reorientação dos caminhos da lavoura com inaugurações. Momentos solenes, como os almoços para seduzir os lavradores⁴², assinalam que, mais uma vez, naquele momento, novas trajetórias se anunciavam possíveis ao desenvolvimento da agricultura. São registrados os velhos modos

⁴¹ Cooperativismo e credito rural, *Folha do Norte*. 13 de Julho de 1940. MCS/CENEF. [grifo nosso]

⁴² Reunião dos lavradores em Santa Barbara, *Folha do Norte*. 18 de Fevereiro de 1939. MCS/CENEF

de fazer que não eram mais pertinentes uma vez que novos métodos, mais racionais, econômicos e eficazes chegavam para (des)fazer à lavoura. O Estado mais uma vez se faz presente:

No dia 22 de Janeiro de 1943, o interventor federal Landulpho Alves inaugura na Feira a Usina de Beneficiamento de Algodão fundada pela Secretaria de Agricultura do Estado. Usina que desde o ano anterior, antes de sua inauguração, tem suas benesses anunciadas e comemoradas nas páginas do *Folha do Norte*, uma espécie de ansiedade ao progresso parece ser gestada no jornal.

É indiscutível a utilidade deste importante melhoramento para a vida agrícola da comuna e, certo, contribuirá para o fomento de produção algodoeira no Município feirense, como uma necessidade inadiável, salvando suas outras culturas, atento o estado ruinoso em que se encontram, principalmente o fúo e a mandioca cujos preços são desencorajadores.

Movida por energia eléctrica e dotada de modernas e aperfeiçoadas máquinas e aparelhos, a Usina em apreço achase muito bem instalada em dois vastos pavilhões solidamente construídos a margem esquerda do primeiro trecho da auto-estrada Feira – Bahia, o que sobremodo facilita o transporte do algodão bruto trazido em rama dos campos de cultura e o escoamento para a capital e outros mercados do produto beneficiado, como dos sub-produtos e das sementes devidamente imunizadas.⁴³

A notícia desenha mais uma vez a nova dinâmica produtiva que envolveria a cultura algodoeira: a relação com o mercado externo de exportação nos portos da capital, a intensificação da produção, os anseios de eficácia e progresso. A usina de beneficiamento toca caráter específico dos movimentos de aceleração da produção: o uso de *machinas*. Os novos instrumentos para gerar força motriz, tal como o uso de máquinas tanto na produção quando no beneficiamento dos produtos denunciam as intenções de reformulação sobre a experiência da lavoura e dos objetivos sobre a colheita.

O discurso nacional desenvolvimentista, empurrado pelos interesses dominantes, se esforçava para garantir que novos dispositivos se materializassem no cotidiano dos trabalhos agrícolas. Equipamentos que gerariam novos regimes de trabalho, portanto novas experiências, sociabilidades, e novas formas de ver o mundo. A aceleração do tempo nas atividades agrícolas apontou para novas ambições, novas demandas sobre os modos de fazer negro camponeses.

O arado é a principal máquina para a lavoura. A enxada nunca poderá lhe substituir nas medias e grandes culturas. Como exemplo na lavoura para o plantio da canna de assucar. A indústria açucareira requer para seu desenvolvimento econômico o emprego das máquinas agrícolas. A tracção dos motores animados (o boi, o cavalo

⁴³ O beneficiamento de algodão em Feira de Sant'Anna. *Folha do Norte*, 14 de Abril de 1941. MCS/CENEF.

etc...) não satisfaz plenamente a mobilização perfeita para da terra arável. Os tratores, hoje, ocupam um lugar de destaque nas diferentes operações rurais, que necessitam de força, economia de tempo, perfeição na lavra, profundidade, e muitas outras condições a cultura dos campos. Não desapareceu por completo o systema rotineiro de cultivar a terra. Rudes instrumentos aratorios, hoje, são empregados afastando-se dos princípios básicos da sciencia agrícola. A rotina diz um distincto agronomista: É condenável. Accusa preguiça de espírito e exclue necessariamente qualquer idéa de progresso. A lavoura mecânica é de grande vantagem em todas as áreas de culturas.[...] havemos de verificar a extraordinária diferença entre a lavoura manual e mecânica. **O que o arado pode fazer em um dia a enxada só poderá fazer em muitos dias.**⁴⁴

As oposições já colocadas entre o trabalho manual e mecânico enunciam a tendência hierarquizante associada ao uso das *machinas*. A citação enquadra o cenário de modificação, a superação dos *motores animados*, as oposições entre o arado e a enxada, e como as imagens de tais instrumentos, quando colocadas em oposição, inferiorizam a enxada na sua limitação quantitativa de produção em menos tempo. Os discursos de hierarquização entre o trabalho mecânico e manual se aproximam dos de incentivo a cultura algodoeira: A legitimidade e autoridade de um *distincto agronomista*, pelas bases da *sciencia agrícola*, significa enquanto rude, atrasado e ineficiente o *sistema rotineiro de cultivar a terra*, que ainda existe, portanto, disputa com as novas e indispensáveis *machinas*, a presença nas operações rurais.

O jornal ainda fala da falta de trabalhadores nos campos. Dos sujeitos que pelo *aspecto triste e desolador da paisagem* procuram nos centros urbanos outras possibilidades de sobrevivência. Silva⁴⁵ narra alguns casos de sujeitos que pararam na Feira fugindo das secas do interior baiano. Oliveira aponta o jogo do bicho como meio momentâneo de sobrevivência dos sujeitos que fugiam das faltas de chuva na roça.⁴⁶ A saída de lavradores dos campos, para quem louva as *machinas* e o trabalho mecânico, produziu um problema que os arados e outras *machinas* eficientes podem resolver: a falta de braços, problema que reclama o jornal ter prejudicado o desenvolvimento da lavoura agrícola do Brasil desde o fim do trabalho escravo.

As dinâmicas de produção agrícola pós-abolição, isto é, o campesinato negro das roças, aparentemente, não atendera a produção industrial em larga escala. As incompatibilidades entre as velocidades praticadas pelos modos de fazer roceiro versus a industrial agrícola enunciam as disputas, relações de poder, de asfixia, entre as práticas produtivas no período.

⁴⁴ A lavra manual e mecânica, *Folha do Norte*. 04 de Novembro de 1939. MCS/CENEF. [grifo nosso]

⁴⁵ SILVA, Mayara Plácido. *Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890 - 1930)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Programa de Pós-Graduação em História. Feira de Santana, 2012.

⁴⁶ OLIVEIRA, Ana Maria. *Op. Cit.*

2.3 OS MODOS DE FAZER E DE SABER FAZER

Novembro de 1941⁴⁷, uma das manchetes que saltavam em fontes maiores nas páginas do *Folha do Norte* falava de uma *Universidade Rural*. Foi um grande projeto. O Brasil percebera que as condições climáticas, do solo e a posição geográfica enunciam como grande meio de enriquecimento da nação o *uso racional da terra*. A notícia falava de uma grande escola a ser construída em São Paulo: *a primeira Universidade Agrária do país, que será a futura Escola Nacional de Agronomia*. O cuidado da terra não seria mais coisa de se aprender fazendo, com a experiência, com o ensino dos mais velhos, uma espécie de universidade popular, cotidiana, se quer paulatinamente substituída pelos ditames da técnica. A *Universidade Rural* é estabelecida sobre bases firmes ofertadas pelo Estado e cancelada enquanto verdadeiro saber pela autoridade de diplomados bacharéis.

As práticas agrícolas estavam cercadas dos saberes da ciência, novos métodos associados à produção de larga escala, determinariam sobre o método correto ou racional de lidar com a terra. Em Feira de Santana, engenheiros agrônomos como o senhor Mario de Souza Dias compartilharam de seus folhetos para que *a hygiene nos trabalhos agrícolas* seja obedecida.⁴⁸ O discurso higienista adentra as práticas rurais desejosos de reordena-las, novos parâmetros são elaborados e legitimados pela autoridade da ciência de forma que as dinâmicas produtivas apreendidas pela experiência campesina estavam ameaçadas.

Ione Sousa⁴⁹ situa a transformação da Escola Normal em Escola Normal Rural de Feira de Santana entre os processos de mobilização dos professores para a educação na vida rural, tomada, naquele momento, como alternativa de desenvolvimento do país. Sousa cita o Iº Curso Regional, para professores, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1933. Em Feira de Santana, a mudança da escola só acontece em 1935, com a semana ruralista. “[...] os organizadores da semana ruralista prepararam cursos populares de *hygiene* rural, no intuito de levar o progresso e a modernidade à roça.”⁵⁰ Os anseios de *hygiene* e desenvolvimento ameaçam as comunidades negras rurais agora nas determinações sobre as formas de fazer. As aprendizagens com a experiência seriam substituídas por novos dispositivos de orientação sobre o fazer. A escola e sua “poderosa instrução” atuam enquanto dispositivos de civilização do trabalho agrícola.

⁴⁷ Universidade Rural. *Folha do Norte*, 08 de novembro de 1941. MCS/CENEF.

⁴⁸ “A hygiene nos trabalhos agrícolas”, *Folha do Norte*. 12 de Novembro de 1938. MCS/CENEF.

⁴⁹ SOUSA, Ione Celeste. *Garotas tricolores, deusas fardadas*. São Paulo: Edusc, 2001.

⁵⁰ Ibidem, p. 143.

As falas de incentivo à lavoura preocupam-se agora com a penetração da figura do lavrador no cenário desenvolvimentista atribuído à nação. Nessa movimentação, Getúlio Vargas é citado no cenário político também pelas suas advertências e orientações quanto ao amparo da lavoura, chamando a atenção para o *valor do trabalho dos homens na nossa lavoura*.⁵¹

Assim como s. s. tem reconhecido, por mais de uma vez, a necessidade de orientar os interventores dos outros Estados, quanto a melhor maneira de ser tratado este ou aquele ponto capital, **nada mais sensato e brasileiro do que também prestar apoio aos braços que labutam para criar a riqueza do país.**⁵²

A figura positivada do lavrador segue o trajeto das modificações sobre a paisagem rural e seus significados. A oferta de crédito rural situa os lavradores numa nova dinâmica comercial produtiva intensiva. Os trajetos dos lavradores negros e pobres ressignificariam as memórias do cativo, ganhariam novos contornos, agora que integrados à nação seriam alçados à condição de trabalhadores rurais e, por isso, partilhariam de outras referências. Segundo Hebe Mattos⁵³, na memória dos descendentes de escravos do Sudeste a memória sobre Getúlio foi associada a da princesa Isabel. Enquanto a última libertara o escravizados, Vargas consolidara os direitos civis. Novos caminhos são postos como possibilidade ao campesinato negro no Brasil.

Com o objetivo precípuo de enriquecer ainda mais a nossa legislação trabalhista, o patriótico governo presidido por Getúlio Vargas nomeou, há pouco, uma comissão que ficou incumbida de promover a sindicalização das classes rurais, fato que, indubitavelmente, virá atingir e proporcionar benefícios, direitos e vantagens de toda ordem a u'a mèsse de gente, computada em cerca de dez milhões de agricultores. A comissão que elaborará o ante-projeto da lei que sindicalizara as classes rurais já está em franca atividade e compõe-se de representantes dos três ministérios que mais intimamente estão ligados aos problemas da vida rural brasileira; os Ministérios da Agricultura, do Trabalho e da Justiça, que são assistidos pelos representantes das classes interessadas.⁵⁴

A legislação da sindicalização convidava alguns lavradores negros a se transformar em trabalhadores rurais. Novas formas de interação com o Estado, novas possibilidades sobre o escoamento comercial da produção, o significado atribuídos pela memória às roças (a autonomia, a liberdade) começaria a incorporar agora novos sentidos. A experiência do campesinato negro disputava diretamente com os anseios progressistas de enriquecimento

⁵¹ O amparo a lavoura. *Folha do Norte*, 05 de maio de 1941. MCS/CENEF.

⁵² Ibidem.

⁵³ MATTOS, Hebe. Memórias do cativo: narrativa e identidade negra no antigo sudeste cafeeiro. In: RIOS, Ana Lúgão; e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo, família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 55.

⁵⁴ Sindicalização Rural. *Folha do Norte*, 11 de outubro de 1941. MCS/CENEF.

agrícola da nação. As intervenções do Estado nos modos de fazer negro camponeses, aos poucos, legitimavam e aplicavam as referências que o discurso higienista e civilizador já utilizava como critério de subalternização das comunidades negras anteriormente. Os lavradores pretos no momento em que supostamente poderiam se tornar trabalhadores, garantido seus direitos civis, deveriam se disciplinar ao trabalho árduo, afinal, a nação esperava o aumento da produção. Deveriam garantir a *higiyene dos trabalhos agrícolas*, seguir as orientações dos agrônomos que sabiam usar racionalmente a terra, torna-la eficaz a produção de larga escala para o comercio de exportação. As anexações, sob o discurso da positivação dos sujeitos, incidem sobre os grupos subalternizados sugerindo reformulações sobre as condutas e os significados postos e compartilhados entre os grupos. Mas houve quem sambasse diferente...

DOS CONTRASTES

Das relações de poder que transpassavam os projetos civilizatórios despontaram reações subalternizadas. No cenário feirense, assim como na maior parte do Brasil até a década de 1950⁵⁵, não se efetivaram os sindicatos rurais. Além disso, retomando os censos agrícolas do IBGE não há registros de produção de algodão no censo de Feira de Santana de 1940⁵⁶. Pois a produção de algodão era considerada inexpressiva diante outros produtos que foram apontados no recenseamento. Já em 1950⁵⁷, consta uma produção de 44 toneladas de algodão na Feira. É provável que tal número corresponda a um aumento, tendo em vista que no início da década de 1940 houve todos os incentivos apontados ao longo do artigo. Apesar disso, a produção não parece expressiva se compararmos, por exemplo, com a mandioca, principal cultura da região que, no mesmo censo, consta uma produção de 32.292 toneladas, ou o feijão com 3.868 toneladas.

A pouca alteração da produção agrícola da Feira expressa à pequena capilarização dos vetores discursivos mobilizados sobre o ouro branco. Pois, na região, a produção agrícola se concentrava quase que exclusivamente entre rendeiros e agregados que dedicavam-se à agricultura. Com exceção de algumas poucas fazendas modelo, os latifúndios da Feira

⁵⁵ DEZEMONE, Marcus. Impactos da Era Vargas no mundo rural: leis, direitos e memória. *Perseu: História, memória e política*. Nº 1, Ano 1, 2007.

⁵⁶ IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, 1940. Série Regional. Parte XII – Bahia. Tomo II. *Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços*, 1940. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

⁵⁷ IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, 1950. Série Regional. Volume XX, Tomo II. Estado da Bahia. *Censo Agrícola, 1950*. Rio de Janeiro, 1956.

dedicavam prioritariamente à pecuária. Por isso, culturas que não costumavam estar associadas à subsistência ou aos hábitos comerciais das feiras livres não penetraram no costume das práticas agrícolas. Esse é o primeiro indício de como as relações sobre o território estavam em disputa e permitiam aos pretos roceiros, vez em quando, se apropriarem das dinâmicas agrícolas de forma que impunham a manutenção resistente de alguns costumes.

O alto número de analfabetos ou apenas com a educação primária entre lavradoras sugere um acesso limitado ou inexistente à escola normal rural da cidade, ou seja, não há para lavradores negros a possibilidade de apropriar-se dos mecanismos técnicos sobre a produção agrícola. O saber da roça, por muito tempo, orientou os métodos empregados sobre o cultivo ainda que interferências técnicas de agrônomos despontassem vez ou outra.

Colabora com isso a negação dominante de implementar o uso das máquinas agrícolas. Não se trata necessariamente de resistências subalternizadas, mas de conveniências dominantes que encontravam na exploração dos agregados mais vantagens que na compra e manutenção de grandes maquinários para atividades agrícolas que não priorizavam. Já na década de 1960, documentos como o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI)⁵⁸ discutiram sobre os boicotes de grandes latifundiários ao uso de máquinas agrícolas e descreviam como irrisória a quantidade de máquinas existentes na zona rural da Princesa do Sertão.

Lavradores pretos demarcaram no interior baiano o caráter poroso da História onde, nos limites das imposições discursivas, agenciam regimes de resistência aos ditames do progresso. Os contrastes entre os modos de fazer negro rurais e as proposições urbanizadoras do período são identificados entre outros muitos cenários também em disputa, resistentes aos projetos dominantes de asfixia e supressão dessas dinâmicas em nome de homogeneidades capitalistas. Ao mesmo tempo, apesar dos dados não apontarem para modificações radicais nos métodos produtivos sobre os cenários agrícolas, não é possível falar que não ocorreram quaisquer alterações. Na Vila de Humildes, distrito de Feira de Santana entre os anos 1948 e 1960, as práticas que compunham à cultura camponesa também foram asfixiadas pelas aproximações geradas durante a construção da estrada Bahia-Feira⁵⁹. Outros caminhos e episódios demonstram os movimentos que se esconderam das sistematizações numéricas.

⁵⁸ *Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Feira de Santana*. Feira de Santana, BA: 1968. ca100p. BCJC/UEFS.

⁵⁹ SILVA, Andrea Santos Teixeira. *Entre a casa de farinha e a estrada Bahia-Feira: Experiências camponesas de conflito e sociabilidade na garantia da sobrevivência. Feira de Santana (1948 – 1960)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2008.

Dos projetos civilizatórios que se estendiam sobre o território nacional, as missões rurais foram talvez a principal expressão. O mais famoso exemplo talvez seja o de Itaperuna, pois deixou um importante relatório que aponta os interesses e ações que o processo mobilizou⁶⁰. Através da análise e contextualização do relatório e outros textos, Deane Costa demonstrou como os projetos das missões rurais estavam atravessador por sentidos civilizadores, especialmente educativos, alinhados com o contexto de expansão urbano-industrial característico da política de desenvolvimento implementadas no Brasil no período⁶¹.

Tais percepções não ocorreram de maneira diferente em Feira de Santana. Junto ao anúncio da vinda das missões para a cidade em 1953⁶² já existiam mobilizações favoráveis a implementação delas nas atas da Câmara Municipal⁶³. Além de uma série de textos publicados durante semanas pelo médico Geraldo Leite no jornal *Folha do Norte*⁶⁴. Os textos acusavam o quanto tais medidas eram necessárias para os moradores dos subúrbios e zonas rurais da cidade. Maltrapilhos, vulneráveis, carregados de doenças e verminoses, com alto número de natimortos, pobres, os sujeitos camponeses foram frequentemente tomados enquanto símbolos do atraso e da miséria do Brasil e, por isso, precisavam das missões como possibilidade de corrigi-los, atraí-los à civilização.

Na Feira, olhando de baixo, a trajetória das missões rurais foi mapeada por Railma Souza⁶⁵. Ela apontou como na comunidade da Matinha dos Pretos as missões ensinaram novas técnicas do cultivo de terras, além de criar um centro social que serviu para fundação de escolas

⁶⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. Série Estudos Brasileiros nº3. *Missões Rurais de Educação: a experiência de Itaperuna, uma tentativa de organização da comunidade*. Rio de Janeiro, 1952.

⁶¹ COSTA, Deane Monteiro Vieira. A campanha de educação de adultos no meio rural (1950): Uma missão civilizadora em Itaperuna (RJ). *Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est: Culturas políticas e conflitos sociais*. Vitória (ES), 2017.

⁶² Missão Rural. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 30 de Maio de 1953, nº 2290. MCS/CENEF.

⁶³ Livro de Atas nº 03. *Ata da 3ª sessão ordinária da câmara de vereadores do município de Feira de Santana*, realizada em 11 de Maio de 1953. Pg. 12. Arquivo da Câmara Municipal de Feira de Santana.

⁶⁴ LEITE, Geraldo. As missões rurais e o problema da educação no interior do Brasil. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 27 de Junho de 1953, nº 2294; LEITE, Geraldo. As missões rurais e o problema médico-social do interior do Brasil – Aspecto Geral do Problema. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 04 de Julho de 1953, nº 2293. MCS/CENEF; LEITE, Geraldo. As missões rurais e o problema médico-social do interior do Brasil – 2) O problema da Bahia. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 11 de Julho de 1953, nº 2296. MCS/CENEF; LEITE, Geraldo. As missões rurais e o problema médico-social do interior do Brasil – 3) O problema do sertão. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 18 de Julho de 1953, nº 2297. MCS/CENEF.

⁶⁵ SOUZA, Railma dos Santos. *Memória e História Quilombola: Experiência negra em Matinha dos Pretos e Candéal (Feira de Santana/BA)*. Dissertação de Mestrado. Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Cachoeira, 2016.

na região. Ela aponta também como pessoas de outras comunidades próximas saíam das suas regiões para recorrer aos serviços das missões na Matinha.

Souza recorre às memórias de uma moradora, dona Pulquéria. Ela confirma os altos números de natimortos divulgados pelo médico Geraldo Leite, bem como demonstra as ressignificações operadas pelos lavradores sobre as missões.

Quando veio a missão rural, eles não queriam, muita gente não queria não, sabe por quê? Porque dizia que era comunismo, muita gente dizia que era comunismo, que era comunista, que era comunista e que eu não aceitasse, eu disse: - eu vou aceitar sim! Aí veio doutor Freitas, doutor Magalhães que era médico de Salvador, veio uma assistente social, veio uma professora de recreação, o nome dela era Iolanda... Veio muita gente e veio um agrônomo, o agrônomo era dr. Freitas. Aí começou... (...) Quanta criança morreu... De mal de umbigo, que mal de umbigo é mal de sete dias. (...) Era enterro todo dia, menino que saía da escola para ir para enterro aqui comigo... Eu ia para a saída dos caixões dos meninos... Aí quando a missão rural chegou aqui, (...) Aí eles começaram logo pelas mulheres... Grávidas para dar... Porque foi quando começou o pessoal aqui a tomar vacina contra o mal de umbigo, isso em cinquenta e... Do... Cinquenta e três (1953). Aqui não tem uma pessoa que diga... Ó... Eu me lembro como hoje que a primeira coisa que eles ensinaram aqui foi isso... E eles inventaram um negócio de uma cantiga aí e botaram...

Mal de sete dias foi...
A primeira aula dada
A parteira só faz parto
Quando está com as mãos lavadas⁶⁶

A narrativa aponta para as disputas de sentido mobilizadas entre lavradores na chegada das missões. Entre frequentadores e desconfiados as missões rurais ganharam criatividade na experimentação, táticas, customizações sobre os projetos civilizatórios dominantes. Não se negam as interferências nos sentidos do território e do trabalho rural, bem como dos hábitos curativos e outras expressões da cultura. Todavia, na história sempre há quem sambe diferente dos ritmados dominantes. Os versos rememorados por Dona Pulquéria, dizem sobre como dominantes recorreram às artimanhas populares: o canto, os versos. Alinharam-se as tradições orais e ritmadas que orientaram o cotidiano de negros e negras. Indícios de *heterocronias*, dos limitados poderes de vetores discursivos que enunciavam os projetos de desenvolvimento sobre o cotidiano rural no interior baiano.

As disputas de sentido operadas sobre as missões rurais ratificam o caminho movediço, cambaleante da materialização dos vetores civilizantes nas comunidades negro rurais. Apontados como vetores de normatização engendram processos que aconteceram de forma não

⁶⁶ Entrevista concedida a Railma Souza por Pulquéria de Freitas Araújo Serra, aposentada, moradora da comunidade de Matinha dos Pretos, em 31/01/2015. *Apud* SOUZA, Railma Santos. Op. Cit. Pg. 92.

retilínea e unilateral, o capítulo se esforça em demonstrar alguma sistematização de como esses processos históricos ocorreram, como as relações sócio-raciais sobre o espaço das comunidades negro rurais se (re)elaboraram diante os ditames do progresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de desenvolvimento e suposta integração nacional ao capital industrial nas décadas de 1940 e 1950 afetaram diversas regiões do país. Alguns agrupamentos populacionais, sobretudo as populações rurais, sofreram maiores dificuldades de harmonizar seus modos de fazer aos novos referentes civilizatórios enunciados pela urbanidade industrial. As (des)harmonias apontavam principalmente para conflitos e relações de poder materializadas em dispositivos discursivos que enunciavam os novos modelos projetados pelo capitalismo desenvolvimentista.

Retomando esse contexto, o artigo se ocupou especificamente das populações negro rurais que, socializadas nas dinâmicas comuns ao campesinato negro constituído no imediato pós-abolição, contrastava intensamente com os novos cenários pretendidos pelos projetos dominantes. Comportamentos e paisagens que dissonavam dos ritmados propostos, especialmente, sobre o território (a terra) e o trabalho.

Diante disso, o artigo procurou cartografar os múltiplos mecanismos mobilizados pelos setores dominantes: repetidamente empregados no eleger novas culturas, novos ritmados temporais sobre o trabalho e novos sentidos sobre o espaço. Para além dos mecanismos mobilizados pelos setores dominantes, o artigo também se ocupou dos contrastes que permaneceram/resistiram aos esforços civilizatórios. Tais permanência sugerem limites sobre os vetores de poder mobilizados pelo discurso, o que não invalida ou nega processos de exclusão, interdição e subordinação. Todavia, acrescenta a narrativa histórica do processo abordado, customizações e reações subalternizadas que enunciam o caráter poroso da História, carregado de micropossibilidades de negociação e conflito.